

A INFÂNCIA NA CIDADE: COMPREENDENDO COMPONENTES TERRITORIAIS DE PROCESSOS EDUCATIVOS DE CRIANÇAS NA CIDADE DE SÃO GONÇALO-RJ.

Temática: Educación geográfica.

Autor: Maria Tereza Goudard Tavares- Doutora em Educação- Professora da FFP/UERJ (mtgtavares@yahoo.com.br)

Coautor: Julia Zaroni da Silva – Graduanda em Geografia 6º período - Bolsista de PIBIC/Iniciação Científica (CNPQ) (juliazaroni2@yahoo.com.br)

Resumo:

Do ponto de vista do pensamento geográfico e educacional, inúmeras questões vêm ocupando o campo de investigação das relações entre geografia e educação. Porém, a relação infância-cidade tem sido cada vez mais relevante, visto que, as cidades caminham para uma expansão em direção ao campo tornando-se contexto de diversas questões da relação Infância e cidade. Neste sentido, ao fazermos um levantamento dos dados dos censos do IBGE de 2000 e 2010, sobre o número de crianças no município de São Gonçalo e a oferta de vagas em creches e escolas, se entende como a cidade se configura uma grande influencia nos processo formativo das mesmas, estando matriculadas ou não na creche ou escola. Assim, conceitos como Território, Cidade, Educabilidade, Cultura de Pares, as Narrativas Urbanas, dentre outros, vem sendo pesquisados para que embasado nestes aportes conceituais possa-se entender o quanto a “geografia existencial”, o lugar, influencia na educabilidade dos “pequenos”, e das camadas populares na cidade de São Gonçalo. Neste sentido, vimos direcionando nossos estudos nas questões das Cidades Educativas e a Sociologia da Infância buscando entender como os processos urbanos e as relações urbanas atuam na criação dos “pequenos” na cidade de São Gonçalo-RJ. Nesta perspectiva objetiva-se promover uma investigação cúmplice, por meio de entrevistas e observações, onde se poderá entender o papel dos diversos agentes envolvidos como: professores(as), as equipes pedagógicas, as famílias e as próprias crianças na construção de uma nova concepção de cidade, especificamente a cidade de São Gonçalo. Podendo-se assim identificar como elementos territoriais e espaciais interferem na sua compreensão dos diferentes campos de conhecimento. Com o desenvolvimento da pesquisa começamos a compreender que a Pedagogia e a Geografia da Infância poderiam ter como objetivo uma educação do olhar, na qual as crianças possam aprender a reparar e ver a cidade, complexificando o território do vivido, aprendendo que no lugar ela é um sujeito coletivo, sujeito de direitos, ou seja, consciente de seu papel ativo e protagonista na sociedade, entendida como um agente que constrói territórios e que desterritorializa/reterritorializa os espaços vividos.

Palavras-chaves: Território; Cidades Educativas; Sociologia da Infância; Narrativas Urbanas.

A INFÂNCIA NA CIDADE: COMPREENDENDO COMPONENTES TERRITORIAIS DE PROCESSOS EDUCATIVOS DE CRIANÇAS NA CIDADE DE SÃO GONÇALO-RJ.

No presente artigo procuramos trabalhar com conceitos norteadores que nos possibilitam o entendimento da relação território, cidade e infância. Nesse sentido, afirmamos a compreensão da categoria espaço em diálogo com a concepção de Milton Santos, na qual “(...) o espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada-subordinante. É como as outras instâncias, o espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia. (SANTOS, 1978, p. 145)”. Podemos assim, entender que no espaço vivido pela infância podemos encontrar o espaço social, onde temos os lugares vividos pelos “pequenos” correspondendo ao espaço humano e espaço geográfico que é construído através das relações entre a criança e a sociedade, assim, como cada sociedade encara a infância de forma diferente, identificamos também, diferentes espaços vivenciados pela infância.

Milton Santos(1978) em sua análise espacial e compreensão geográfica, elabora categorias para serem consideradas para a compreensão espacial, sendo elas: forma, estrutura, totalidade, função e processo. Essas categorias auxiliariam na compreensão da complexidade do território. Sendo assim, para a análise do espaço é preciso conhecer o processo que o levou a sua existência, sua organização através de suas formas e funções que podem ser diferentes, historicamente, de acordo com as diferentes sociedades.

Porém, o território que é campo empírico da pesquisa, é considerado como um território tanto ao nível de macrorrelações, como as que envolve o Estado-Nação, com suas leis e organizações, como a nível das microrrelações, ou seja, as relações construídas no dia a dia, embora o estudo das microrrelações sejam o principal foco de investigação.

Um outro conceito importante, e que vem sendo trabalhado no desenvolvimento da pesquisa é o de educabilidade, utilizado por Paulo Freire (1990) e Nestor López (2008). Na visão de Freire, educabilidade vai além da simples educação formal, ela engloba a construção de saberes que possibilitem mudanças na realidade tanto do educador, como na do educando. É um saber construído a partir da realidade e do conhecimento intercambiado entre todos os sujeitos que estarão de alguma forma se relacionando no contexto social mais amplo. Assim podemos entender que o saber não é restrito somente na relação professor e aluno ou vice versa, mas é construído em contextos muito mais amplos, onde podemos incluir os familiares destes alunos, os amiguinhos, nos diferentes espaços de brincadeiras, e por que não, na Cidade. O espaço vivenciado por este aluno, muito influencia na construção de seu ser e de seus Saberes. Neste sentido, podemos dizer que para Paulo Freire (1990) a educabilidade é um processo político e epistêmico, no qual os espaços praticados pelas crianças, mesmo não sendo espaços formalizados, como as escolas (educação infantil e/ou escola básica) possibilitam a construção de culturas infantis. Cultura esta, no sentido tratado por Willian Corsaro (2007) na qual “as crianças não apenas contribuíam para sua própria socialização, mas criavam e participavam de suas próprias culturas de pares” (2007, pág. 273) e para a produção de conhecimentos de forma compartilhada.

Sendo assim, podemos entender que a educabilidade no sentido dado por Freire, pode constituir o cenário para que a cultura de pares proposta por Corsaro aconteça. O conceito de educabilidade pode favorecer um campo simbólico onde os “pequenos” podem adquirir identidades com o território vivido. Não obstante, tais territórios podem a todos os momentos sofrerem desterritorialização e reterritorialização, já que os “pequenos” em seus jogos de imaginação, compreendem os espaços de forma a (re)significá-lo constantemente, criando assim, diversas funções e formas, para um mesmo espaço reestruturando-o.

Em nossa pesquisa, é fundamental entender como este processo ocorre também nas escolas da infância, já que as (pré)escolas na cidade não são ilhas isoladas de todas as influências que o território citadino pode propiciar. A Escola de Educação infantil é um dos importantes componentes

territoriais, no qual é possível compreender que a sua visibilidade e presença na cidade pode provocar um impacto cultural/relacional e uma mudança comportamental. É importante a investigação e a desnaturalização sobre o significado das crianças pequenas usarem o território da cidade, mesmo que de forma delimitada como no espaço das escolas de Educação infantil. O que as crianças pensam sobre a (pré)escola? Como experimentam o caminho da escola, os seus contextos e espaços de descobertas? O que ela pensam sobre a sua cidade? Por isso, buscamos em López, entender que a educabilidade é tratada como a capacidade da criança de participar do processo educativo formal e acessar assim a essa educação básica que define o horizonte de equidade dos sistemas educativos. O cenário sociocultural no qual se encontra a criança e a própria escola tem grande influencia na formação deste. Neste sentido, a oportunidade de realizar uma pesquisa no IBGE (2000 e 2010) sobre a realidade da população infantil da cidade de São Gonçalo, nos provoca a pensar como as desigualdades referentes á democratização do acesso á educação infantil ainda são inúmeras na cidade.

São Gonçalo fica na região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, tem uma área da unidade territorial de 247,709 Km² sendo o décimo município em extensão geográfica no Estado, uma densidade demográfica de 4.035,90 hab/Km², é uma cidade com uma economia diversa como em atividades de funcionamento de fábricas, agricultura e empresas de comércio e prestação de serviço. Contudo iniciamos tentando entender o quadro da infância na cidade de São Gonçalo no Estado do Rio de Janeiro. Com isso, intenta-se entender quais os espaços as crianças da cidade estão inseridas.

As tabelas abaixo são elucidativas da forte presença de “pequena infância” na cidade:

Tabela 1:

Ranking População Região Metropolitana				
MUNICÍPIOS	Pessoas Residentes (Censo 2000)	Pessoas Residentes (Censo 2010)	Ranking Censo 2010	% da População da Região
Rio de Janeiro	5.857.904	6.320.446	1	54,49%
São Gonçalo	891.119	999.728	2	8,62%
Duque de Caxias	775.456	855.048	3	7,37%
Nova Iguaçu	754.756	796.257	4	6,86%
Niterói	459.451	487.562	5	4,20%
Belford Roxo	434.474	469.332	6	4,05%
São João de Meriti	449.476	458.673	7	3,95%
Magé	205.830	227.322	8	1,96%
Itaboraí	187.479	218.008	9	1,88%
Mesquita	165.843	168.376	10	1,45%
Nilópolis	153.712	157.425	11	1,36%
Queimados	121.993	137.962	12	1,19%
Japeri	83.278	95.492	13	0,82%
Seropédica	65.260	78.186	14	0,67%
Guapimirim	37.952	51.483	15	0,44%
Paracambi	40.475	47.124	16	0,41%
Tanguá	26.057	30.732	17	0,26%
Total	19.710.515	11.599.156		

Fonte: Levantamento de dados do IBGE (Censo 2000 e 2010) sobre a educação do Estado do Rio de Janeiro da Organização Não Governamental – Solidariedade França Brasil (SFB)- <http://sfb.org.br/br/>.

Assim, em nosso movimento de pesquisa inicial, intentamos entender o grande contingente populacional da cidade de São Gonçalo. Nesta tabela vemos o ranking da população da região metropolitana do Rio de Janeiro. A cidade de São Gonçalo se encontra na segunda posição tanto em 2000 quanto em 2010, sendo que sua população em 2010 cresceu representando 8,62% da população do Estado do Rio de Janeiro, onde podemos entender o quanto a cidade á nível do Estado tem uma enorme relevância populacional.

Porem, mais que um grande contingente populacional, é a enorme quantidade de relações estabelecida em uma cidade como o porte de São Gonçalo; a cultura, as religiões, os problemas de infraestrutura, os espaços de lazer, a economia, enfim, toda dinâmica da cidade leva a entender como seus cidadãos estabelecem o *olhar* de mundo no decorrer de seu crescimento.

Tabela 2:

Ranking População 0 a 3 anos Região Metropolitana				
MUNICÍPIOS	Pessoas Residentes (Censo 2000) 0 a 3 anos	Pessoas Residentes (Censo 2010) 0 a 3 anos	Ranking Censo 2010	% da População da Região
Rio de Janeiro	357.990	289.482	1	51,81%
Duque de Caxias	62.680	46.962	2	8,40%
São Gonçalo	56.283	46.288	3	8,28%
Nova Iguaçu	60.675	42.495	4	7,61%
Belford Roxo	36.287	26.223	5	4,69%
São João de Meriti	34.040	23.672	6	4,24%
Niterói	24.903	18,803	7	3,37%
Magé	16.846	12.803	8	2,29%
Itaboraí	14.498	11.715	9	2,10%
Mesquita	12.171	8.767	10	1,57%
Queimados	10.124	8.010	11	1,43%
Nilópolis	10.358	7,372	12	1,32%
Japeri	7.218	5.717	13	1,02%
Seropédica	5.157	4.186	14	0,75%
Guapimirim	2.911	2.847	15	0,51%
Paracambi	2.556	1.766	16	0,32%
Tanguá	2.024	1.657	17	0,30%
Total	716.721	558.765		100,00%

Fonte: Levantamento de dados do IBGE (Censo 2000 e 2010) sobre a educação do Estado do Rio de Janeiro da Organização Não Governamental – Solidariedade França Brasil (SFB)- <http://sfb.org.br/br/> .

Como queremos dar um enfoque maior para a “pequena infância”, que compreende as crianças de 0 a 3 anos, esta tabela mostra a grande demanda que São Gonçalo tem de uma estrutura e uma melhor atenção do poder público que melhor sirva a esta faixa etária, já que São Gonçalo é o município que tem 8,28% das crianças nesta faixa etária do Estado do Rio de Janeiro.

Sendo assim, é fundamental compreender como se dá a oferta de creches e (pré)escolas, porem veremos mais adiante, nas tabelas 5 e 6, que não há creches e escolas disponíveis para suprir de forma mínima tal contingente. Por isso, nos perguntamos: Onde e com quem estão estas crianças? Como os territórios que a cercam estão influenciando na construção do seu *saber*, do seu *ser* e do se *olhar*?

Tabela 3:

Ranking População 4 e 5 anos Região Metropolitana				
MUNICÍPIOS	Pessoas Residentes (Censo 2000) 4 e 5 anos	Pessoas Residentes (Censo 2010) 4 e 5 anos	Ranking Censo 2010	% da População da Região
Rio de Janeiro	179.385	151.768	1	51,23%
São Gonçalo	29.715	25.152	2	8,49%
Duque de Caxias	31.227	24.921	3	8,41%
Nova Iguaçu	29.209	22.973	4	7,75%
Belford Roxo	18.649	14.029	5	4,74%
São João de Meriti	16.908	12.871	6	4,34%
Niterói	12.343	9.925	7	3,35%
Magé	8.527	6.813	8	2,30%
Itaboraí	7.620	6.127	9	2,07%
Mesquita	7.183	4.582	10	1,55%
Queimados	5.475	4.219	11	1,42%
Nilópolis	5.032	4.082	12	1,38%
Japeri	3.956	3.013	13	1,02%
Seropédica	2.708	2.270	14	0,77%
Guapimirim	1.650	1.614	15	0,54%
Paracambi	1.425	982	16	0,33%
Tanguá	977	918	17	0,31%
Total	361.989	296.259		100,00%

Fonte: Levantamento de dados do IBGE (Censo 2000 e 2010) sobre a educação do Estado do Rio de Janeiro da Organização Não Governamental – Solidariedade França Brasil (SFB)- <http://sfb.org.br/>.

São Gonçalo volta para segunda posição no que diz respeito à população de 4 e 5 anos. Tendo 8,49% desta população do Rio de Janeiro se encontra no município de São Gonçalo.

Tabela 4:

Ensino - Matrículas, Docentes e Rede Escolar - 2012.		
Docentes - Ensino fundamental	5.724	Docentes
Docentes - Ensino médio	2.265	Docentes
Docentes - Ensino pré-escolar	903	Docentes

Fonte: <http://cod.ibge.gov.br/1U6WY> de 2010 (adquirido em 01/10/2013).

No município de São Gonçalo, de acordo com o IBGE (2010), temos 903 docentes trabalhando em toda rede do ensino pré-escolar. Conseguimos com este dado observar que é um número insuficiente para atender a demanda já apresentada na tabela 2. Assim ela mostra que a educabilidade, a que López se refere, neste município não é estendida a todos que, na faixa etária de 0 a 5 anos, residem neste.

Tabela 5:

Ensino - Matrículas, Docentes e Rede Escolar - 2012.				
Matrícula fundamental	-	Ensino	110.310	Matrículas
Matrícula - Ensino médio			26.481	Matrículas
Matrícula - Ensino pré-escolar			14.567	Matrículas

Fonte: <http://cod.ibge.gov.br/1U6WY> de 2010 (adquirido em 01/10/2013).

Vendo a realidade de docentes que trabalham na rede do ensino pré-escolar (tabela 4), podemos nesta tabela entender que o número de matrículas (de crianças no pré-escolar), é extremamente inferior à quantidade de crianças nesta fase que se apresenta nas tabelas 2 e 3. Onde se pode entender que a maior parte das crianças não frequenta o pré-escolar, ou seja, nesta fase do crescimento humano as crianças de São Gonçalo estão em sua maioria em suas casas, na rua, nas casas das avós, nas casas das tias/os, enfim.

Tabela 6:

Ensino - Matrículas, Docentes e Rede Escolar - 2012				
Escolas fundamental	-	Ensino	368	Escolas
Escolas - Ensino médio			107	Escolas
Escolas - Ensino pré-escolar			273	Escolas

Fonte: <http://cod.ibge.gov.br/1U6WY> de 2010 (adquirido em 01/10/2013).

Segundo a lógica das tabelas anteriores, o número de escolas direcionadas para o pré-escolar é igualmente insuficiente para atender a grande demanda que anteriormente se mostrou na tabela 2 e 3.

Ao levantarmos e aprofundarmos estes dados, podemos observar que a política educacional voltada para o público infantil no município de São Gonçalo, não abarca nem um terço de sua totalidade, o que nos leva a inferir a compreensão de que o primeiro contato com algum tipo de educação formal e institucional pública ocorre na sua maioria quando a criança atinge os seis anos ou mais.

Por isso, a pesquisa quando se refere aos componentes territoriais dos processos formativos da cidade de São Gonçalo, entende que estas crianças vivem seus processos formativos também em suas casas, entre seus familiares e demais crianças, nos diferentes territórios da cidade. Assim, quando a cidade não é pensada enquanto um sujeito formador de seus cidadãos, ela parece criar mais espaço de *vazios educacionais*. Neste sentido, podemos entender melhor como as cidades podem atuar enquanto “territórios educativos”. No livro de Francesco Tonucci,(2005)“Quando as Crianças Dizem: Agora Chega!” identificamos que as crianças têm muitas demandas que poderiam ser respondidas se as cidades fossem minimamente pensadas, também para e pela(s) infância(s). As demandas destas não se limitam a apenas uma praça, onde aos finais de semana os pais, ou os(as) avós, ou os tios/as as levam pra brincar durante algumas horas. Tais demandas perpassam a vida social, a vida emocional, a questão estrutural da própria cidade, a história desta, enfim.

Assim, de acordo com Tonucci,

“As cidades podem ser o lugar onde os desejos podem encontrar forma, onde as pessoas podem se encontrar, onde podem passar e perder seu tempo, encontrar de novo os lugares do passado, preparar o futuro; onde as crianças podem crescer, descobrindo coisas novas, espiando os adultos, admirando os monumentos. Mas também podem aceitar serem corrompidas e apagadas pelos mais baixos desejos de seus habitantes, em geral dos mais poderosos e prepotentes, por suas especulações, seu egoísmo, seus automóveis. Então as cidades apagam os desejos do idoso que quer passear, das crianças que quer brincar, do jovem que quer encontrar privacidade e intimidade” (2005, p.124-125).

Assim nos perguntamos, tendo como base as reflexões feitas por Martins (1996) em seu livro *O Massacre do Inocentes: A Criança Sem Infância no Brasil*: será que estas crianças estão sendo atendidas no direito de vivenciar suas infâncias? Será que estas crianças estão sendo excluídas socialmente do seu direito de ser criança? Como as (pré) escolas e creches recebem e acolhem estas crianças? Dentre vários outros questionamentos que a pesquisa vem buscando melhor investigar e compreender.

Como já visto, tratamos “A infância como construção social” em que cada sociedade estabelece seu conceito de infância, podendo modificar-se com o passar do tempo, conforme cultura, classe social, surgimento de inovações. “Cada infância é construída socialmente conforme o modo de vida da sociedade. Uns valorizam aquilo que a criança já é e que a faz ser, de fato, uma criança; outros, pelo contrário, enfatizam o que lhe falta e o que ela poderá (ou deverá) vir a ser. Uns insistem na importância da iniciação ao mundo adulto; outros defendem a necessidade da proteção em face desse mundo. Uns encaram a criança como um agente dotado de competências e capacidades, outros realçam aquilo que ela carece.” (PINTO, 1997). Pensando desta forma, pensamos esta infância em diálogo com a construção de saberes proposta por Freire, em diálogo com o conceito de educabilidade, anteriormente apresentado.

Além de conceituar infância, pensamos na questão do *olhar*, isto é, da importância de o conceituarmos. Neste sentido, sabemos que na infância, que a fase que da expressão corporal é fundamental para o conhecimento do mundo que a cerca, para isso o olhar é a janela que guia essa expressão corporal. O corpo é as relações estabelecidas entre o olhar e os movimentos. Assim, podemos refletir:

“(...) Que seria a visão sem nenhum movimento dos olhos, e como esse movimento não confundiria as coisas se ele próprio fosse reflexo ou cego, e não tivessem suas antenas, sua clarividência, se a visão não se antecipasse nele? Todos os meus deslocamentos por princípio figuram num canto de minha paisagem, estão reportados ao mapa do visível. Tudo o que vejo por princípio está ao meu alcance, pelo menos ao alcance de meu olhar, assinalado no mapa do “eu posso”. Cada um dos dois mapas é completo. O mundo visível e de meus projetos motores são partes totais do mesmo Ser” (Merleau-Ponty, 2004, p.16).

Pensando o olhar da criança e para além do seu olhar, pensamos no movimento do olhar enquanto pesquisadores/as. O/a pesquisador/a necessita do olhar para entender como os corpos se movimentam no território e como esse movimento fala sobre a realidade de cada criança, para isso é preciso *treinar o olhar*, prepará-lo para ver, pois não existe uma natureza no olhar humano no sentido de tudo é possível de ser visto. É necessário aprender a ver (Tavares, 2010). Nesse sentido, os movimentos, principalmente com relação às crianças, nos parecem ser a maior linguagem que estas têm em suas andanças e trajetórias urbanas. Cada movimento tem seu significado que não pode ser desconsiderado pelo pesquisador. A fala também tem que ser levada em consideração, assim a *escuta sensível* é de fundamental importância: “Ser mais infantis quer dizer aprender a compreender as crianças para além da aparente simplicidade daquilo que elas dizem, porque quem diz coisas simples quase sempre diz coisas importantes.” (TONUCCI, 2005, p.171).

Do ponto de vista dos estudos realizados, num dos livros estudados, “Sociologia da Infância no Brasil” (2011) que tem como organizadoras Ana Lúcia Goulart de Faria e Daniela Finco (2011) pude compreender melhor no artigo de Edna R. A. Rossetto, “A Educação das Crianças Sem-Terrinha nas Cirandas Infantis: a construção de uma alternativa de movimento”, o conceito de educabilidade tão caro à nossa pesquisa:

“As Cirandas constituem-se em um espaço de educação que procura construir com as crianças sem-terra um trabalho educativo que prime por sua luta enquanto movimento social que se contrapõe ao modelo capitalista.” (Rossetto, 2011, p.82).

Apesar desse artigo retratar um movimento social específico, que está situado em áreas rurais, a autora em tela dialoga com a Sociologia da Infância, compreendendo a criança enquanto coletividade, enquanto um coletivo infantil, como sujeito de direitos, que constrói sua história de vida e participa diretamente da luta pelos seus direitos. Neste sentido, ratifica a concepção da criança enquanto cidadã. O projeto pedagógico do MST parece refletir todo este olhar teórico e conceitual. É um projeto que possibilita que as crianças estejam em permanente movimento, no qual se pode criar, inventar, sentir, decidir, arquitetar e recriar suas brincadeiras, onde se criam e inventam espaços que dão a possibilidade das crianças de se apropriar de elementos do processo histórico e territorial para compreensão da sua realidade social e cultural. Tal pedagogia da infância (FARIA, 2011) incentiva à formação de sujeitos coletivos e conscientes de seu papel ativo e protagonista na sociedade.

INCONCLUSÕES

Fundamentada em trabalhos anteriores, vimos optando por uma metodologia polifônica que se fundamenta, principalmente, na pesquisa qualitativa de cunho etnográfico. Acreditamos que a opção pela pesquisa qualitativa de natureza etnográfica tem possibilitado que pesquisadores e pesquisados possam viver a experiência de uma comunidade investigativa (TAVARES, 2010), na qual o trabalho de campo, longe de ser apenas um espaço de coletas de dados e construção de conhecimentos, possibilita um movimento de ação-reflexão-ação coletivo sobre o conhecimento buscando corroborar o que SANTOS (2000) defende como papel de pesquisa numa perspectiva emancipatória. Ainda do ponto de vista político e epistêmico, três horizontes de questões embasam essa pesquisa:

A questão empírica: os componentes territoriais que constroem ou possibilitam os processos de educabilidade das crianças das periferias urbanas gonçalenses. Os últimos dados do IBGE (2010) e da Secretaria Municipal de Educação de São Gonçalo parecem reiterar os dados empíricos coletados junto aos moradores entrevistados: não está ocorrendo a ampliação de vagas nas redes públicas de Educação Infantil, isto é, nas creches e pré-escolas municipais. A maioria dos moradores dos bairros periféricos só conseguem vagas nas creches conveniadas, que funcionam precariamente à margem das políticas públicas municipais (TAVARES, 2010).

Do ponto de vista do direito à cidade, das políticas urbanas e da urbanidade, amplia-se a pobreza, o desemprego e a precariedade urbana. E também aumenta a violência urbana. Morre-se e mata-se muito na cidade São Gonçalo, principalmente nos bairros e loteamentos irregulares. Não há como não relacionar essas questões aos processos de educabilidade das crianças pequenas, da Educação Infantil. São justamente elas que mais sofrem com a escalada da violência urbana em suas ruas e bairros, pois são alvos fáceis das “balas perdidas”, tanto dos traficantes, quanto da própria polícia, pouco preparada para intervenção nessas áreas de conflitos.

Outro horizonte investigativo, diz respeito à questão política: na contemporaneidade, vivemos um tempo paradoxal, no qual a celebração das virtudes democráticas e a ampliação formal dos espaços de participação e de fortalecimento da sociedade civil, entra em choque com o crescente recrudescimento de uma “zona de indiferenciação entre o lícito e o ilícito, o direito e o ilegal, entre o público e o privado, a norma e a exceção projetando uma inquietante *linha de sombra* no conjunto da vida urbana e suas formas políticas” (TAVARES, 2010).

Ao investigar as trajetórias urbanas e os circuitos de educabilidade das crianças dos bairros delimitados na pesquisa, percebemos a existência de uma zona de indeterminação que atravessa o emaranhado da vida social, repercutindo nas práticas e nos circuitos da vida urbana mais ampla, não somente nos equipamentos escolares. Do ponto de vista do horizonte epistemológico, entendemos ser necessário cada vez mais aprofundar a concepção da pesquisa como uma experiência de conhecimento. Trata-se de focar e deslocar-se do campo do já sabido para a formulação de novas questões e novos problemas, num esforço de complexificar o olhar para o terreno movediço no qual a realidade-território se move/produz.

Em nosso estudo, vimos aprofundando a concepção de que a cidade, mais do que um conceito, é um campo de práticas (TAVARES, 2010). Não se trata de inventar novas teorias e muito menos de domesticar a(s) realidade(s) estudada(s) em alguma matriz explicativa geral. Ao pensar a cidade com um campo de práticas, sobretudo de práticas infantis de conhecimento, representação e apropriação do espaço urbano, busca-se elaborar um plano de investigação mais flexível, mais aberto, que produza linhas de força que nos instiguem a pensar de forma plural e inventiva a questão urbana. Esse horizonte, que além de ser epistêmico, também é político, tem nos inspirado a formulação de novas questões, novos problemas de análise, principalmente em diálogo com o mundo da (pré)escola que, via de regra, não tematiza a vida urbana como uma questão-limite para os processos de educabilidade infantil.

Colocadas estas questões teórico-metodológicas, afirmamos que muitas são as nossas intenções na pesquisa. Uma pesquisa é sempre motivada por questões políticas e epistemológicas, além das institucionais e pessoais. Muitas vezes, além dessas intencionalidades, um dos principais objetivos é o relacional, isto é, a criação de vínculos afetivos com determinado espaço e com pessoas que circulam nesse espaço.

Em nosso diálogo com as crianças da pesquisa, vimos confirmando o papel do dialogismo Bakhtiniano, onde cada palavra se apresenta como uma arena em miniatura onde se entrecruzam e se colocam em embate, valores sociais de diferentes orientações, muitas vezes, contraditórias. A palavra revela-se no momento de sua expressão, como o produto da interação viva das forças sociais (Bakhtin, 1981).

Em nossas “alfabetizações cotidianas”, vimos aprendendo, pesquisadores, professores e crianças, que a temática dos Direitos à cidade, dentre eles os direitos da criança a usufruir do seu território, é uma questão estrutural, de longa duração que não pode ser invisibilizado na/pela escola da infância.

Defendemos que a cidadania existente entre nós é fruto de relações sociais complexas, conflitivas, construída em meio a combate e negociações. Defendemos, também, que uma condição cidadã é uma aprendizagem cotidiana construída nas instâncias sociais da qual a (pré)escola, por sua natureza histórica, representa uma dimensão fundamental.

Assim, a cidadania, não como um dado natural, mas como uma aprendizagem fundamentalmente social, pode ser tornar nas instituições escolares um estado de espírito, enraizado na cultura (SANTOS, 1996, p.7).

Desse modo, o que o trabalho da pesquisa vem possibilitando confirmar é a riqueza do cotidiano da escola de educação das infâncias para a formação da professora da infância, bem como de uma “cultura de direitos” (ARENDDT, 1995) na qual, adultos e crianças possam ser parceiros, co-construtores ativos de seus destinos no(s) mundo(s).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDDT, H. A Condição Humana. São Paulo: Forense universitária, 1995.

BAKHTIN, M. Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1981.

FREIRE, P. A pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

IBGE – Censo Demográfico Nacional. Rio de Janeiro: Ed. IBGE, 2010.

LÓPEZ, Néstor. (2008) A escola e o bairro. Reflexões sobre o caráter territorial dos processos educacionais nas cidades. In. A cidade contra a escola?: segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina. - Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro & Ruben Kaztman (Orgs.); [tradução de Jacob J. Pierce e João Vicente Ganzarolli de Oliveira]. – Rio de Janeiro: Letra Capital: FAPERJ; Montevideu, Uruguai: IPPES.

MARTINS, José de Souza (org.). O Massacre dos Inocentes: a criança sem infância no Brasil. Ed. HUCITEC. São Paulo, 1993.

MERLEAU-PONTY, Maurice, O olho e o espírito. Trad. Paulo Neves e Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo, Cosac & Naify, 2004.

MULLER, Fernanda. Entrevista com Willian Corsaro. Educ. Soc. [online]. 2007, vol.28, n.98, pp. 271-278. ISSN 0101-7330

ONG. Solidariedade França Brasil (SFB) - Levantamento de dados do IBGE (Censo 2000 e 2010) sobre a educação do Estado do Rio de Janeiro.

PINTO, Manuel. A infância como construção social In: SARMENTO, Manuel Jacinto e PINTO, Manuel. As crianças, contextos e identidades. Braga, Portugal. Universidade do Minho. Centro de Estudos da Criança. Ed. Bezerra, 1997.

RODRIGUES, J.C. A infância e o poder In: Ensaios em antropologia do poder. RODRIGUES, J.C. Rio de Janeiro: Terra Nova, 1992.

ROSSETTO, Edna R. A. (2011) A Educação das Crianças Sem-Terrinha nas Cirandas Infantis: a construção de uma alternativa de movimento. In. Sociologia da Infância. - Ana Lucia Goulart de Faria & Daniela Finco (Orgs,)- (p. 81-104) Campinas, S.P.: Autores Associados.

SANTOS, M. . Por uma Geografia Nova. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

_____. O espaço do cidadão. São Paulo: Nobel, 1996.

TAVARES, M.T.G. A(s)Infâncias e a cidade: discutindo processos formativos de crianças nos territórios gonçalenses. Projeto de Iniciação Científica, UERJ, Rio de Janeiro, 2010, Mimeo.

TONNUCCI, Francesco. Quando as crianças dizem: Agora chega! Trad. Alba Olmi. Porto Alegre: Arned, 2005.